



## Por uma formação antirracista no Serviço Social

For anti-racist formation in Social Work

**Maria Helena Elpidio\***

 <https://orcid.org/0001-8243-5427>

### RESUMO

O texto em tela<sup>1</sup> visa contribuir como um dos instrumentos organizados de material de apoio para a edição do Projeto “ABEPSS Itinerante” (2024), que tem como tema, “As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos”. O objetivo desta edição é “Fortalecer as Diretrizes Curriculares, articulando o debate sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional, na perspectiva de um projeto de formação profissional antirracista e anticapitalista.” (ABEPSS, 2024). Como é de conhecimento da categoria, a gestão da Entidade (2023–2024), “Em Luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, Presente!”, elegeu como centralidade da Gestão “A Formação Antirracista no Serviço Social”. A proposta aqui delineada tem a função de trazer uma síntese para multiplicadoras/es e participantes do curso, sem a pretensão de recuperar todo debate da formação antirracista no serviço social, sua produção atual, antecedentes e acúmulos já explorados nas inúmeras pesquisas, produções e orientações das entidades organizativas da profissão.

### PALAVRAS-CHAVE

Formação profissional; Antirracismo; Serviço Social; ABEPSS.

### ABSTRACT

The text on screen aims to contribute as one of the organized instruments of support material for edition of the “ABEPSS Itinerante” Project (2024) whose theme is “The Curricular Guidelines, the ethnic-racial debate and the pedagogical projects”. The objective of this edition is to “Strengthen the Curricular Guidelines, articulating the debate on the ethnic-racial issue in training and professional work, from the perspective of an anti-racist and anti-capitalist professional training project.” (ABEPSS, 2024). As the category is aware, the management of the Entity (2023–2024), “In Struggle, we continue to be attentive and strong: Luciana Cantalice, Present!”, chose “Anti-racist Training in Social Work” as the centrality of the Management. The proposal outlined here aims to provide a summary for course multipliers and participants, without the intention of recovering the entire debate on anti-racist training in social work, its current production, antecedents and accumulations already explored in the numerous research, productions and guidelines of

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente no departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). E-mail: [lenaeabreu@gmail.com](mailto:lenaeabreu@gmail.com)

<sup>1</sup>Reflexão orientativa da Diretoria da ABEPSS para o ABEPSS ITINERANTE. Texto produzido pela professora Maria Helena Elpidio (UFES), em diálogo com a diretoria da ABEPSS, da qual a autora é diretora suplente.

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p565-574

the profession's organizational entities.

#### KEYWORDS

Professional training; Anti-racism; Social work; ABEPSS.

### Introdução

**A** proposta aqui delineada tem a função de trazer uma síntese para multiplicadoras/es e participantes do curso, sem a pretensão de recuperar todo debate da formação antirracista no serviço social, sua produção atual, antecedentes e acúmulos já explorados nas inúmeras pesquisas, produções e orientações das Entidades Organizativas da profissão (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO). Reconhece, antes de qualquer desenvolvimento do debate no campo teórico e político, a realidade profundamente desigual e desumanizante que marca a população negra e indígena, alvos sistemáticos da violência do Estado em especial, em tempos de neoliberalismo. Os números desta tragédia cotidiana são a maior expressão de que a questão social e a questão racial são faces da mesma moeda: o capitalismo. Este fenômeno é visto diariamente nos mais diferentes espaços de trabalho e da formação profissional, onde as expressões da questão social são racializadas, desde a concepção até os óbitos da população negra, indígena, afro-indígena no Brasil.

Nesse sentido, o debate étnico-racial no serviço social não é só urgente, mas extremamente necessário ao enfrentamento do racismo institucional que marca os espaços ocupacionais e as vidas da classe trabalhadora em busca de sobrevivência e direitos em uma sociedade que não é naturalmente desigual.

Desse modo, os “passos que vêm longe” sustentam a construção deste debate, dentro e fora do Serviço Social (Rocha; Almeida; Branco, 2019; Eurico *et al.*, 2022). Considera-se aqui as trajetórias individuais e coletivas que inspiradas e engajadas na luta antirracista vem tensionando e construindo as pontes para que a formação antirracista ganhe este fôlego necessário, frente às questões do tempo presente e a projeção do futuro, que reafirme a direção social emancipatória encampada pela categoria nas últimas décadas, desde as mulheres negras organizadas antes mesmo da “Virada” (Almeida; Rocha, 2021) e de todo processo coletivo de enraizamento da concepção do Serviço Social na História (Iamamoto, 2007; Yazbek, 2018).

### A formação antirracista no serviço social brasileiro

Trazer a centralidade de uma formação antirracista reafirma mais uma vez, o compromisso da ABEPSS em dialogar com o tempo histórico e renovar a atualidade das Diretrizes Curriculares de 1996 para que este documento seja revisitado em seus princípios, objetivos e lógica de um projeto de formação profissional que conte com graduação e, se estende por coerência, à pós-graduação. A formação profissional requer, assim, um rigoroso suporte teórico-metodológico necessário à reconstrução da prática e ao estabelecimento de estratégias de intervenção; requer ainda a preparação, no campo da investigação, para o aprimoramento científico dos assistentes sociais e da produção de conhecimento (ABEPSS, 1996).

O documento da entidade publicado em 2018, denominado “Subsídios para o debate sobre

*a questão étnico-racial na formação em serviço social*”, evidencia que ao longo das últimas décadas, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto de profissão sustentado por um arcabouço teórico-metodológico direcionado pelo esforço de apreensão da realidade, sob a orientação do marxismo e uma direção ético-política vinculada às lutas da classe trabalhadora. Essa construção, nos deixa um importante legado de amadurecimento teórico-político e nos coloca diante de desafios, sobretudo às entidades dessa profissão, de construir táticas e estratégias de consolidação do projeto profissional crítico.

Isso nos interpela a nos aproximar ainda mais da realidade social, que não mais nos permite, seguirmos sem reconhecer que o racismo é uma atrocidade encarnada na sociedade e a construção de qualquer processo emancipatório precisa contundentemente enfrentá-lo no bojo da luta de classes. Nos termos de Moura (2014, 2020), é impossível desarticular a luta anticapitalista, da superação do racismo (acrescentamos aqui, as determinações de gênero na sociedade patriarcal).

Almeida (2013) menciona que desde os anos 80 as assistentes sociais engajadas nas lutas antirracistas vêm tocando a pauta dentro e fora da profissão, seja na articulação com o movimento negro, seja nos encontros da categoria. Somado a isso, temos a aprovação do Código de Ética de 1993 que demarca em seus princípios um exercício profissional que combata toda forma de opressão e discriminação. Além disso, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 apontam em seu conteúdo programático a incorporação de conteúdos obrigatórios nos currículos acadêmicos sobre a questão étnico- racial (ABEPSS, 2018, p. 10).

Em 2010, a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, ampliou significativamente a sistematização das produções acadêmicas da área, assim como o apontamento de novas pesquisas e de tendências do debate, o incentivo a novas produções. Com os confrontamentos internos e tensionamentos de pesquisadoras, profissionais e militantes negras se avolumam, em especial, com o novo perfil profissional formado majoritariamente por negras (CFESS, 2023) e de discentes negras e, posteriormente indígenas, que chegam às universidades públicas após à política de cotas raciais de 2012 (Lei nº 2.711/2012, atualizada pela Lei nº 14.723/2023).

Ademais, por força fundante de negras e povos originários, que ao sobreviverem e resistirem atualizam suas forças ancestrais e tecnologias de manutenção da vida em plenitude. A despeito de todo processo de genocídio físico, cultural, religioso e econômico (Nascimento, 2016), contrariam-se ousadamente ao sistema destrutivo da ordem capitalista parasitária, fundado na expropriação, exploração e opressões para se renovar, em especial, em tempos de crise e declínio deste modo de produção e reprodução da vida social.

Esse reconhecimento do atraso no enraizamento deste debate tem diversas explicações, cujas constatações estão explicitadas nos trabalhos de Rocha (2014), Almeida (2015), Silva (2021), Eurico *et al.* (2021, 2022); Moreira (2020), Elpidio (2020); Elpidio e Valdo (2022), dentre tantas/os outras/os pesquisadoras/es. Esse processo coloca o debate no lugar de reconhecimento de uma dívida histórica com pessoas negras e indígenas, bem como no sentido de que ao adentrar nas dimensões ético-políticas, técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão, a questão racial se constitui como pedra de toque para

a apreensão, análise e enfrentamento da questão social. Um dos pressupostos desta compreensão reside na Lei Geral da Acumulação que prescinde de uma divisão social, racial, sexual e territorial do trabalho (Gonçalves, 2018; Martins, 2012; Souza, 2020; Silva, 2021; Elpidio; Valdo; Rocha, 2021).

Esta construção se dá como parte do enfrentamento persistente da profissão para romper com o perfil profissional conservador e tecnicista, característicos das protoformas e do desenvolvimento do serviço social brasileiro até os anos 1970 (Netto, 2005; Iamamoto; Carvalho, 1995; Yazbek; Iamamoto; 2019, Iamamoto; Santos, 2021). Essas vertentes, no atual contexto regressivo e neoconservador, colocam a profissão em um campo de disputas e a instiga a adensar o debate da questão social, da questão racial, do racismo e da eugenia como elementos a serem enfrentados, radicalmente, na profissão como um dos desafios centrais da luta de classes nesta quadra histórica.

Assim, entende-se que aprofundar o debate como parte inerente ao conjunto produção e reprodução da vida social, consonante com o legado crítico e o acúmulo no campo dos fundamentos que norteiam o serviço social, encontramos na representação simbólica da Sankofa, a certeza de que podemos construir no presente os caminhos para o futuro, sem perdermos de vista o que acumulamos coletivamente.

Sabemos também que o silenciamento e a secundarização do debate étnico-racial no Serviço Social ocasionou uma busca de formação em outras áreas do conhecimento, que, necessariamente, não possuem a direção social da crítica radical da sociedade capitalista. Muitas vezes com interpretações que ajudam a compreender o racismo isolado, desconsiderando as suas múltiplas determinações e funcionalidade na sociabilidade capitalista.

Essas abordagens precisam ser apreendidas, analisadas e criticadas no debate que diferencia ecletismo e pluralismo (Coutinho, 2010) e de abordagens que pregam um antirracismo carregado de romantizações que aproxima a questão étnico-racial de abordagens ensimesmadas, facilmente capturadas por retóricas liberais, estruturalistas, pós-modernas e até mesmo conservadoras, que se distanciam da teoria social crítica da economia política e que abrem caminhos para o reformismo ou para o anticapitalismo romântico, no qual a crítica ao sistema do capital não assume uma evidente natureza classista nem a defesa radical de superação do capitalismo.

O marxismo e a esquerda têm, também, uma responsabilidade com este “acerto de contas”. Pela ausência e reprodução do racismo nas formas ditas clássicas de organização e da produção acadêmica, uma lacuna fulcral foi imposta aos que de dentro tentaram disputar suas posições em diferentes momentos da história em defesa da articulação necessária do debate raça e classe (assim como de gênero). Foram escanteadas contribuições valiosas como de Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e tantos estudiosos e militantes.

Assim, o racismo e a supremacia da branquitude (qualidades típicas e necessárias da ordem social burguesa) em suas posições hegemônicas, sufocaram o som estridente das favelas e dos quilombos. A romantização do genocídio indígena e de negros durante a escravidão e a continuidade sistemática da violência e superexploração do trabalho na formação do

Estado brasileiro, quando abstraída da dimensão do trabalho e do sistema que produz e reproduz o racismo, o reduz a um elemento a ser superado no campo do simbolismo e das relações de poder e de opressão, descoladas da urgência da superação da sociedade de classes.

É necessário reconhecer estes processos e tendências reducionistas para superá-los. Daí os esforços coletivos esperados com esta edição do ABEPSS Itinerante é de fazermos o “caminho de volta”, como dito por Roseli Rocha na Oficina Nacional da ABEPSS de 2023 (Recife-PE), que nos convida a fazer este movimento na perspectiva do “AU” (Movimento básico do jogo de Capoeira, utilizando como fuga e deslocamento. Projetando-se lateralmente, o capoeirista leva as mãos ao chão — uma, depois a outra — apoando-se nelas enquanto eleva as pernas, como se “plantasse uma bananeira”, completando o giro e voltando à posição inicial, de pé. Popular “Estrelinha”). Essa metáfora é muito apropriada para ilustrar o que se faz necessário neste momento. Avançar na autocrítica e buscar na crítica radical o eixo para o debate, que nos convida a uma formação antirracista no serviço social. Tendo as bases consistentes expressas nas Diretrizes Curriculares e a disposição de reescrever uma “História que a história não conta”.

Enfrentar coletivamente polêmicas e críticas faz parte da construção da profissão, fruto de debates plurais na mesma direção social tem sido um dos mais ricos instrumentos no avanço e aprofundamento teórico e político das questões que atravessam o trabalho e a formação profissional, de modo a reafirmar o acerto do projeto profissional, situado na crítica radical que norteia o serviço social brasileiro.

A negação que anima a sua construção teórico-metodológica é comprometida com a emancipação humana que se constrói historicamente. Ele propõe assim, uma radical interpretação da sociedade capitalista, de suas tendências de desenvolvimento e das leis de sua mudança: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (Marx, 2008, p. 205 *apud* Iamamoto, 2018, p. 8).

Reconhecer a multiplicidade de rumos teóricos sobre as relações étnico-raciais não se constitui como uma novidade. É necessário enfrentar as tendências do debate que se reduz à crítica conservadora de que não temos mais uma sociedade racista e todos podem ser iguais de um lado e de outro (o mito da democracia racial), a bravata pós-moderna de que o marxismo é simplesmente racista, e nesta direção afirma-se “que Marx foi um homem branco europeu e seu pensamento na verdade contribui com o racismo” — como acusam setores intelectuais caudatários da pós-modernidade e que recusam perspectivas ditas “modernas e totalizantes”. Consideram ainda por estas razões, que a sua teoria seria incapaz de decifrar os fundamentos do racismo e orientar o seu enfrentamento. Nessa direção, entende-se que, para além da classe, ganha centralidade as relações de poder, o simbólico, o sujeito e o ser produzido descolado das suas determinações.

Esta posição além de intelectualmente reducionista, implica estranhar ou desconhecer o próprio método do materialismo dialético e sua capacidade de atualizar a teoria, por meio da contínua e sistemática pesquisa da história, da realidade social. Farias (2017), ao analisar os desafios para o debate racial, afirma que temos o seguinte cenário: “De um lado, uma esquerda com o pensamento fora do lugar no Brasil. De outro lado, um marxismo internacional heterogêneo, mas que vem dando respostas (imediatas) ao tema das

relações raciais.” (Farias, 2017, p. 400).

O que o método nos desafia? Basicamente, a apreender do real as contradições do modo de produção em sua essência, para no movimento da luta de classes, superá-la na direção da emancipação humana. Assim, o antirracismo que queremos é em seu fundamento anticapitalista (com as múltiplas constituição da classe, gênero/sexualidade, territórios), não por uma “escolha aleatória”, posto que nos referimos ao racismo como pedra angular do regime colonial, enquanto método de acumulação primitiva do capital. Nestes termos, o genocídio e escravização dos povos de África e da América, a pilhagem de recursos naturais, além da expropriação de campesinos no próprio território europeu impulsionaram a acumulação originária, utilizando métodos tão violentos que Marx (2008, p. 215), de forma precisa e categórica afirma: “o capital veio ao mundo suando sangue e lama por todos os poros”. Trata-se, portanto, de um projeto de classe: a expansão burguesa e a transformação do planeta em fator do capital como fundamento ontológico do racismo, ou seja, da hierarquização e subordinação de sujeitos e grupos étnicos não europeus aos imperativos da acumulação.

Vale reafirmar que a dimensão teórica propicia aproximações sucessivas à realidade e sempre carece de mediações e interlocuções com o tempo histórico, suas particularidades e contradições do seu tempo.

Desse modo, a persistência do racismo na sociedade brasileira deve ser apreendida como parte das estratégias de reprodução do capital, de barateamento do custo da força de trabalho, de manutenção da alta lucratividade e do *status quo*, disponibilizando à burguesia e aos estratos sociais de renda mais elevada uma superpopulação relativa disponível e farta, tanto nas cidades quanto no campo. Em breve apanhado sobre a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil escancara-se a sua perversa racialização, seja no aspecto dos rendimentos, seja considerando a ocupação ou mesmo a dimensão de gênero. Dados do censo do IBGE (2022), mostram que se a informalidade é um traço estrutural do mundo do trabalho no país (40,9% da população ocupada estava na informalidade), a proporção de mulheres pretas ou pardas (46,8%) e homens pretos ou pardos (46,6%) supera em mais de 10 pontos percentuais a proporção de mulheres e homens brancos.

Por sua vez, os povos indígenas e quilombolas estão, continuamente, submetidos a profundos ataques às suas condições de vida, pois estão assentados em grandes e importantes áreas de reservas naturais ou mantêm o domínio de terras cobiçadas pelo capital, em particular pelo agronegócio.

A falta de titulação dos quilombos, de demarcação dos territórios indígenas, de realização da reforma agrária, respondem pelos conflitos no campo, revelando a violência, as emboscadas, assassinatos e trabalho escravo, vitimando, especialmente indígenas, sem terras, posseiros e quilombolas<sup>4</sup>.

Desse modo, o capitalismo dependente à brasileira opera uma síntese exponenciada entre exploração, expropriação e opressão, amalgamada a partir da atualização permanente do racismo e do patriarcado, expressão da simbiose entre modernidade e atraso (Oliveira, 2003). Paradoxalmente ao impulso discursivo contra as opressões de gênero e raça-etnia, mediante orientação das agências internacionais, seus efetivos intelectuais orgânicos, o

capital opera uma (ou tenta) uma desfiguração das agendas dos movimentos e lutas sociais, despindo-as de sua radicalidade em busca de assimilá-las via mercado, enquanto exacerba a exploração e opressão contra os segmentos mais pauperizados e periféricos.

### Algumas considerações

Estas breves linhas apontam que o debate étnico-racial, fruto da resistência de povos negro e indígenas, o que se evidencia neste contexto de crise é que, mais uma vez, o racismo (xenofóbico, fascista, eugênico, supremacista), em todo mundo se ergue de forma ainda mais perversa em um capitalismo que lança uma ofensiva devastadora sobre a classe trabalhadora (em sua diversidade), de modo a destruir as formas econômicas, políticas, culturais e territoriais que representem resistências.

Quando observamos especificamente as condições de trabalho, percebemos que a classe trabalhadora mais pauperizada no Brasil é negra. E, depois dos estudos de Carlos Hasembalg, Nelson do Valle e Lélia Gonzáles, é impossível afirmar que essa situação deriva meramente da escravidão e que o preconceito de cor é um estigma cuja movimentação social e econômica conseguiria diluir. Não, a escravidão explica até certo ponto a condição a que a população negra está submetida no Brasil atual. O outro tanto deve-se em conta ao racismo como ideologia de dominação e exploração. Racismo gera mais valor! E gera mais valor não no ato em si. Na atividade, estamos na esfera do ser genérico, universal. No limite, a tal superexploração da classe trabalhadora latino-americana tão discutida pela teoria da dependência só é possível tendo o racismo como seu principal alicerce. É ele que conforma material e subjetivamente esse trabalhador pauperizado (Farias, 2017, p. 410).

Vimos, até aqui, que a posição que vem sendo construída no serviço social do ponto de vista dos currículos e projetos pedagógicos dos cursos é de que – O debate étnico-racial na perspectiva da totalidade “não pode ser visto apenas como uma temática!” (Elpidio, 2020). Por isso extrapola a demanda de se fazer presente em uma disciplina (seja ela obrigatória ou optativa).

Propõe-se nesta direção do antirracismo que se articula dialeticamente com o anticapitalismo. Por isso, ao abordar os mais diversos conteúdos nos três núcleos de fundamentação, o debate étnico-racial perpasse pela construção lógica de apreensão da realidade considerando a totalidade histórica, determinações sociais, suas particularidades e seus atravessamentos no trabalho profissional. Portanto, o debate ultrapassa a dimensão de “transversalidade”, que pode remeter equivocadamente à ideia de algo que corre paralelo. Trata-se de uma discussão inerente à compreensão dos fundamentos da sociedade capitalista incorporados pelo serviço social brasileiro.

### Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate da Questão étnico-racial na formação em Serviço Social.** Vitória,

dez. 2018. Disponível em:

[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social-201812041419427146430.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf). Acesso em: 26 jun. 2025.

ALMEIDA, Sheila D. Serviço social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>. Acesso em: 26 jun. 2025.

COUTINHO, Carlos N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Posfácio de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ELPIDIO, Maria H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519–527, set./dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p519>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ELPIDIO, Maria H.; VALDO, João Paulo da S. O Serviço Social na encruzilhada a questão racial e o projeto de formação profissional. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 22 n. 2, jul./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.39548>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/index.php/libertas/article/view/39548>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ELPIDIO, Maria H., VALDO, João Paulo da S.; ROCHA, Roseli S. (org.). **Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2021.

EURICO, Márcia C.; PASSOS, Rachel G.; ALMEIDA, Magali da S.; MARTINS, Tereza C. S. (org.). **Questão racial, serviço social e os desafios contemporâneos**. São Paulo: Papel Social, 2021.

EURICO, Márcia C.; SILVA, Maria Liduína O. e; PASSOS, Rachel G.; GONÇALVES, Renata. **Antirracismo e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022.

FARIAS, Marcio. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringindo e a luta de classes no Brasil. **SER Social**, Brasilia, v. 19, n. 41, dez. 2017. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/download/14946/13265/25569](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/14946/13265/25569). Acesso em: 26 jun. 2025.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 03, p. 514–522, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. Marxismo e serviço social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/index.php/libertas/article/view/18603>. Acesso em: 26 jun. 2025.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V; SANTOS, Cláudia M. (org.). **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo, Cortez, 2021.

MARTINS, Tereza C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7RhQZbYhtnPcbTDZL5dYhNp/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MOREIRA, Tales W. F. **Serviço Social e a luta antirracista**: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Graboisco-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideologia de dominação. In: MOURA, C. **Racismo e luta de classes no Brasil**: textos escolhidos. Piauí: Ed. Terra sem Amos, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. SP, Boitempo, 2003.

ROCHA, Roseli F. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e a sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lucia (org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

ROCHA, Roseli, ALMEIDA, M., BRANCO, Sueli A. D. Assistentes Sociais negras na construção da “Virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína O. **Congresso da Virada e o serviço social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, A. P. Formação social brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. In: ELPIDIO, M. H.; VALDO, J. P da S.; ROCHA, R. **Desafios para o Serviço Social na Luta antirracista**: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

SOUZA, C. L. S. de. **Racismo e luta de classe na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Editora Hucitec, 2020. (Diálogos da diáspora)

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J.

F. S. da. **Serviço Social e seus fundamentos:** conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). **Serviço Social na história:** América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

Submetido em: 27/5/2025  
Aceito em: 27/5/2025